

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DE AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS E PSICOMÉTRICAS NA INFÂNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Adriana Luísa Bublitz

Amanda Angonese Sebben

Resumo

O presente artigo relata o processo de avaliação psicométrica realizado, com a aplicação da Escala Wechsler de Inteligência - 4ª edição, durante processo de estágio em uma Clínica Escola de Psicologia, da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Este relato objetiva apresentar o caso, bem como investigar as discordâncias entre a realização de uma avaliação psicológica e uma avaliação psicométrica, expondo teoricamente as diferenças existentes. A partir deste estudo, pode-se perceber que a importância da utilização dos testes psicológicos, bem como os prejuízos da restrição frente a avaliação psicométrica e os benefícios do processo de avaliação psicológica, que se constitui como um processo investigativo mais completo.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Avaliação psicométrica. Infância. WISC-IV.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, com os avanços tecnológicos e do mundo capitalista, a sociedade está cada vez mais acelerada, hiperativa e conectada. Os adultos estão cada vez mais atarefados, correndo contra o tempo, cujos filhos iniciam a vida escolar com maior antecedência, sendo cobrados pela realização de suas tarefas e por seus aprendizados, com a exigência básica de serem excelentes em tudo que fazem.

De acordo com Sawaya e Cabral (2001), aproximadamente 60% das crianças e adolescentes são encaminhados aos serviços públicos de saúde

com queixas de dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de comportamento. Essas queixas geralmente são provenientes de encaminhamentos escolares, visando a realização de avaliações psicológicas para compreender os motivos dessas dificuldades e/ou comportamentos.

Nesse viés, a avaliação psicológica refere-se ao processo de investigação de fenômenos psicológicos, com a utilização de técnicas ou instrumentos como entrevistas, observações e testes psicológicos, objetivando coletar informações que irão basear a tomada de decisões. Já a avaliação psicométrica (ou testagem psicológica) diferencia-se por ter como principal fonte de informação os testes psicológicos, nos seus mais variados tipos, que se caracterizam como tarefas predefinidas a serem executadas, possibilitando a compreensão de determinado problema ou função psicológica. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Assim, o presente artigo relata o processo de avaliação psicométrica com aplicação da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças - 4ª edição, a partir de um encaminhamento médico, realizado durante o processo de estágio curricular supervisionado em uma Clínica Escola de Psicologia, da Universidade do Oeste de Santa Catarina, visando apresentar o caso, bem como investigar as discordâncias entre a realização de uma avaliação psicológica e uma avaliação psicométrica.

2 DESENVOLVIMENTO

REFLEXÕES ACERCA DA PSICOLOGIA E O CONTEXTO ESCOLAR

Na década de 80, Patto (1987, apud CABRAL; SAWAYA, 2001) enfatizava os equívocos e incompreensões existentes na formação dos psicólogos, relacionados ao atendimento de problemas escolares de crianças de baixa renda. Nesta época, a atuação dos psicólogos focava os alunos e os professores. Com as crianças, trabalhava-se os comportamentos desejados e a eliminação de comportamentos considerados inadequados, visando enquadrá-los aos comportamentos esperados no contexto escolar. Já com os professores, a atuação era direcionada a sensibilização destes,

com a discussão dos processos de aprendizagem e suas dificuldades, para que se tornassem mais eficientes.

Almeida (1992, p. 265), por sua vez, objetivando compreender as opiniões dos profissionais sobre as dificuldades de aprendizagem, apurou que os profissionais acreditavam que “tais dificuldades advinham de deficiências dos alunos, de atraso cognitivo ou de problemas emocionais, relacionados à desestruturação familiar, isentando a escola, os fatores psicopedagógicos e o processo ensino-aprendizagem da responsabilidade pelos problemas escolares”. Assim, a atuação voltava-se aos aspectos individuais dos alunos, o que fora reafirmado nos estudos de Yamamoto et al. (1990).

Já Del Prette (1993), ao buscar as contribuições da Psicologia à Educação (no viés da Psicologia Escolar), considera que os referenciais técnicos e metodológicos advindos da Psicologia Clínica limitavam os profissionais nas instituições escolares, pois focalizavam os aspectos individuais dos alunos. No entanto, focalizar o aluno e suas queixas torna-se prejudicial por não considerar os contextos que rodeiam essa criança e suas relações interpessoais, o que, de certa forma, também valoriza as avaliações psicométricas.

Conforme Cabral e Sawaya (2001), foram realizados estudos sobre as práticas pedagógicas, as relações entre professores e alunos, bem como a estrutura e o funcionamento das escolas, os quais apontaram causas intraescolares enquanto causadoras do fracasso escolar, o que viabilizou novas perspectivas de atuação, investigação e compreensão deste contexto. Ainda, afirmaram que o fracasso escolar das crianças de camadas populares é produzido por diversas práticas, estabelecidas na relação escola, sociedade e clientela, tais como “a elaboração de materiais didáticos distantes da realidade das crianças, [...] pelas dificuldades econômicas que não lhe permitem se alimentar direito, ou pela falta de interesse dos pais por questões escolares, ou pela desestruturação familiar” (CABRAL; SAWAYA, 2001, p. 145).

Atualmente, as dificuldades escolares também estão relacionadas a má formação dos professores, ao número de alunos presentes em cada turma, no despreparo dos profissionais para lidar com as crianças e suas queixas, bem como nas dificuldades financeiras e materiais dos contextos escolares. Assim, torna-se necessário que – tanto o psicólogo clínico no âmbito escolar quanto o próprio psicólogo escolar – compreendam as queixas escolares por um novo olhar, compreendendo a criança e a escola com seus modos peculiares de relacionamentos, suas concepções e suas práticas psicossociais internas, considerando questões sociais, culturais, socioeconômicas e subjetivas.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA PSICOLOGIA

A Psicologia foi reconhecida oficialmente como profissão, no Brasil, através da Lei n. 4.119, de 1962. Com base nesta decisão, ocorreu uma expansão dos cursos de graduação em Psicologia. No entanto, ainda existem diversos desafios relacionados à formação na área, à construção da Psicologia enquanto ciência, às suas técnicas de avaliação e intervenção, bem como para com os aspectos éticos da atuação profissional. (PAULA; PEREIRA; NASCIMENTO, 2007).

De acordo com Paula, Pereira e Nascimento (2007, p. 33), “a formação dos psicólogos tem como principal objetivo propiciar um conjunto amplo e diversificado de conhecimentos, habilidades, atitudes e procedimentos, buscando caracterizar a psicologia como ciência e profissão”. No contexto das Clínicas Escolas de Psicologia, cujo objetivo envolve atender as demandas da população, podem ser realizadas diversas atividades, como psicoterapia individual, familiar e grupal; plantão psicológico; atendimento e acompanhamento para dificuldades e transtornos de aprendizagem; avaliação psicológica; e orientação profissional.

Conforme Portes et al. (2017/2018), a avaliação psicológica surgiu em 1880, com Galton, no entanto, os fundamentos da teoria da psicometria foram desenvolvidos por Spearman, em 1904. Outro autor importante neste

contexto é Binet, que elaborou o primeiro teste de aptidão para crianças no início do século XX, com o intuito de avaliar as aptidões humanas.

Cunha (2007) afirma que os psicólogos realizam avaliações, mas os psicólogos clínicos realizam psicodiagnósticos. Para Cunha (2007, p. 23), “avaliação psicológica é um conceito muito amplo. Psicodiagnóstico é uma avaliação psicológica, feita com propósitos clínicos e, portanto, não abrange todos os modelos de avaliação psicológica de diferenças individuais”, conceituando-o como “um processo que visa a identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia”.

Do mesmo modo, o psicodiagnóstico ou a avaliação psicológica é definido como: “um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (input), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (output), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso” (CUNHA, 2007, p. 26).

Atualmente, a avaliação psicológica, procedimento exclusivo do psicólogo, é compreendida pelo Conselho Federal de Psicologia (2018) como um “processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas”.

Considera-se que este deve ser um processo integrado, com a utilização de técnicas apropriadas para a demanda. A avaliação psicológica é um processo amplo, de busca de dados, que visa a identificação de uma queixa específica, o conhecimento do sujeito, e tomada de decisões de forma mais segura.

Santos e Cavalcante (2016, p. 07) ressaltam-se que, no processo de avaliação psicológica, “é necessária a utilização de várias técnicas ou instrumentos, dentre os quais se destacam: entrevistas, observação, dinâmicas de grupo, observação lúdica, provas situacionais, testes

psicológicos". Portanto, conforme o Conselho Federal de Psicologia (2018), cabe ao profissional da Psicologia "basear sua decisão, obrigatoriamente, em métodos e/ou técnicas e/ou instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente para uso na prática profissional da psicóloga e do psicólogo (fontes fundamentais de informação), podendo, a depender do contexto, recorrer a procedimentos e recursos auxiliares (fontes complementares de informação)".

No entanto, existem diferenças entre a "avaliação psicológica" e o processo de "testagem psicológica", também conhecido como "avaliação psicométrica". Assim, o Conselho Federal de Psicologia (2013, p. 13) descreve que "A avaliação psicológica é um processo amplo que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes, dentre elas, testes, entrevistas, observações e análise de documentos, enquanto que a testagem psicológica pode ser considerada um processo diferente, cuja principal fonte de informação são os testes psicológicos de diferentes tipos".

Nesse viés, Pasquali (2001, p. 18, apud PORTES et al., 2017-2018, p. 111) descreve os testes psicológicos como um "conjunto de tarefas predefinidas que o sujeito precisa executar numa situação [...] artificializada ou sistematizada, em que seu comportamento na situação será observado, descrito e julgado". Os testes psicológicos são fundamentais, no sentido em que possibilitam a compreensão de um determinado problema, orientam quanto à tomada de decisões e contribuem no reconhecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, afinal, conforme Manfredine e Argimon (2010, p. 142), sem os testes, "o psicólogo não seria capaz de fazer qualquer afirmação científica sobre o comportamento humano".

Já no contexto de avaliação psicológica, os testes "auxiliam no diagnóstico clínico, no conhecimento acerca do perfil cognitivo do paciente assim como na estimativa da evolução, prognóstico, delineamento de programas de reabilitação cognitiva e o acompanhamento do tratamento farmacológico e psicossocial" (HAMDAN; PEREIRA, 2009, p. 388).

Alice (nome fictício) é uma menina de 9 anos de idade, que reside com seus pais e seu irmão em um pequeno município da região extremo oeste de Santa Catarina. Seus pais, Thiago e Sara, são agricultores, e trabalham na propriedade familiar. Alice se apresenta como uma menina meiga e envergonhada mas, durante os atendimentos, é espontânea e extrovertida. Ela é estudante do terceiro ano do ensino fundamental, de uma escola pública. Seu desempenho escolar é mediano, tem conhecimento acerca das letras do alfabeto mas apresenta grandes dificuldades para formar palavras e frases. A mãe relata ter dialogado com os profissionais da escola, os quais afirmavam que suas dificuldades são “normais”, sendo que realizaram o encaminhamento ao neuropediatra apenas ao final do segundo ano do ensino fundamental. Comportamentalmente, a mãe relatou que, na escola, Alice se distrai, conversa bastante com seus colegas e permanece parte da aula sem fazer nada, sendo que não possui livro didático. Já em casa, os relatos referem-se a uma criança ativa, que participa dos afazeres da propriedade, mas se esquia de tarefas escolares. Quanto a sua rede social, Alice faz amigos com facilidade, buscando sempre conquistar as pessoas com seu jeito meigo, apresentando maiores dificuldades para lidar com grupos.

Os pais de Alice buscaram pelo atendimento da Clínica Escola de Psicologia após encaminhamento de médico neuropediatra, o qual solicitou avaliação psicométrica com aplicação da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV) devido a atraso escolar importante. A demanda apresentada envolve o fato de Alice apresentar dificuldades na leitura e na escrita, principalmente para formar e ler palavras e frases, desde o primeiro ano do ensino fundamental; o desinteresse por parte de Alice por estudar; bem como o desinteresse por parte da escola em auxiliar nas dificuldades de aprendizagem.

RESULTADOS ENCONTRADOS

A partir da aplicação da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças - 4ª Edição, definido como um “instrumento clínico de aplicação

individual, que tem como objetivo avaliar a capacidade intelectual e o processo de resolução de problemas em crianças entre 6 anos e 0 meses a 16 anos e 11 meses" (WECHSLER, 2016, p. 01), Alice evidenciou nível médio inferior de funcionamento intelectual e preservação dos recursos cognitivos em grande parte das atividades realizadas. Os resultados encontrados, associados aos aspectos comportamentais compreendidos e descritos, podem interferir no seu funcionamento acadêmico e, também, justificam as queixas relatadas.

Pode-se perceber que Alice tem facilidade em realizar atividades mais concretas, nas quais apresentou mais interesse e concentração. Assim, fora sugerido à escola a apresentação de atividades mais concretas, visando contribuir na manutenção da atenção e do foco durante o desenvolvimento das atividades propostas, bem como considerar a hipótese de um professor auxiliar, possibilitar o uso de livros didáticos (assim como seus colegas) e trabalhar com incentivos e elogios para motivá-la, para que ela possa compreender que suas realizações são importantes para as pessoas que a rodeiam.

Alice também fora encaminhada para atendimento psicoterapêutico e psicopedagógico, sugerindo-se a realização de um processo de avaliação psicológica, que possibilitaria uma investigação mais completa do que a avaliação psicométrica realizada, enfatizando-se a investigação no contexto escolar. Os resultados apresentados consideraram a natureza dinâmica e não cristalizada do processo de formação e desenvolvimento infantil.

DISCUSSÃO

O presente estudo de caso refere-se à realização de uma avaliação psicométrica, a partir da qual fora percebido a falta de informações quanto ao contexto vivencial de Alice, as relações familiares e o contexto educacional. Os relatos da mãe abordaram questões relacionadas as atividades que Alice realiza em sala de aula, a falta de material didático por conta de suas dificuldades e a conduta da equipe pedagógica ao afirmar

que seria apenas uma fase do desenvolvimento dela e que logo ela desenvolveria as habilidades de escrita e leitura.

Assim, permanece-se o questionamento do que seria mais prejudicial a uma criança: não investigar suas reais dificuldades ao mesmo tempo em que não ocorrem processos motivacionais, ou inseri-la na categoria de alunos portadores de transtornos de aprendizagem, ambas as possibilidades sem ofertar recursos para que a família busque por atendimentos especializados.

O processo de avaliação psicológica no âmbito das queixas escolares e problemas de aprendizagem deve ser iniciado com a contextualização da criança, na compreensão de sua realidade biopsicossocial. Segundo Santos e Cavalcante (2016, p. 06) "O processo de avaliação psicológica em aprendizagem deve partir do pressuposto de contextualizar a criança, não pode simplesmente aplicar o teste psicológico ou desconsiderar toda uma realidade biopsicossocial da criança. A aplicação de uma boa anamnese, entrevista com pais e a construção de uma empatia com a criança são instrumentos fundamentais".

Afinal, "quando o psicólogo recebe uma queixa escolar, esta constitui fragmento de uma complexa rede de relações sociais que a priori esse profissional desconhece, em função da complexidade do fenômeno e da formação restrita e fragmentada que recebe" (SOUSA, 2000, p. 151). Ressalta-se também que o comportamento da criança no contexto escolar pode ser um reflexo das influências familiares, o que justifica a necessidade de investigação e compreensão dos diversos grupos sociais da criança. No caso de Alice, tais aspectos não foram compreendidos em sua totalidade por ter sido realizada uma avaliação psicométrica (atendendo à solicitação médica), no entanto, sabe-se que esta tem a sua importância também.

Nesse sentido, poderiam ser acrescentadas informações sobre as relações de Alice de modo mais aprofundado no contexto familiar (com os pais, irmão e avós), bem como com seus colegas e professores no contexto escolar. Além disso, também poderia ter sido realizado um trabalho multidisciplinar, principalmente para se ter uma melhor compreensão do

encaminhamento que fora realizado pelo médico neurologista infantil. E, também, poderiam ter sido utilizados outros instrumentos psicológicos, como a realização de entrevistas com outros profissionais/contextos, observações e o uso de outros testes psicológicos, pois esses instrumentos abririam o leque de possibilidades diagnósticas a serem apresentadas, como é o caso do Transtorno Específico de Aprendizagem. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 66-67).

Tal hipótese diagnóstica fora percebida após a realização do processo de avaliação, por meio das dificuldades apresentadas por Alice na leitura imprecisa e com esforço (de forma incorreta e tentando adivinhar as palavras), dificuldades de compreender o que lê e de escrever ortograficamente, bem como dificuldades com a expressão escrita, e dificuldades de raciocínio, caracterizadas pela dificuldade de aplicar conceitos, que fora evidenciada na aplicação da WISC-IV.

As habilidades também estão abaixo do esperado para sua idade, considerando que seu desempenho acadêmico não é consonante com o desempenho de seus colegas e suas dificuldades persistem desde o primeiro ano do ensino fundamental. Tais dificuldades também não puderam ser justificadas por deficiências intelectuais e outros transtornos, mas podem estar relacionadas a uma instrução educacional inadequada, justificada principalmente pela falta de livro didático no contexto escolar (pois, segundo os professores, a criança não consegue acompanhar as atividades passadas) e pelo tempo em que permanece sem realizar as atividades juntamente com seus colegas.

Assim, o Transtorno Específico de Aprendizagem caracteriza-se por prejuízos no âmbito da leitura (315.001 (F81.02)), reconhecido como "dislexia", ou seja, "é um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia" (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 67).

Ainda em 1968, a World Federation of Neurology (apud ALVES; LIMA; CIASCA, 2014, p. 86) propôs que “a dislexia é um transtorno de aprendizagem de leitura e não deve ser explicada por déficit intelectual, por problemas sensoriais, por falta de instrução escolar; deve ser resultante de perturbações em aptidões cognitivas fundamentais e de origem constitucional”.

No entanto, a avaliação deste transtorno é um processo complexo, sendo necessária que um grupo de profissionais realize “a investigação e a análise dos déficits funcionais, trace o perfil da criança, formule hipóteses explicativas e apresente quais as condutas terapêuticas. Devem se utilizar procedimentos que possibilitem identificar o nível funcional da leitura, seu potencial e capacidade, a extensão dos problemas, os prejuízos específicos, a disfunção neuropsicológica característica, os fatores (sociais e emocionais) associados e as estratégias de desenvolvimento e recuperação para a melhoria do processamento neuropsicológico e para a integração das capacidades perceptivo-linguísticas” (ALVES; LIMA; CIASCA, 2014, p. 91-92).

Portanto, como em qualquer outro diagnóstico, a avaliação da dislexia é um processo científico, com um ponto de partida específico, com questionamentos e hipóteses a serem respondidas, com métodos, resultados, discussões e conclusões. Devem ser avaliados os dados gestacionais, pré-natais, perinatais e pós-natais; os dados referentes ao desenvolvimento escolar, de natureza psicológica, bem como aspectos familiares e sociais do indivíduo, entre tantos outros aspectos existentes que possam interferir nas questões de aprendizagem de uma criança em pleno desenvolvimento.

3 CONCLUSÃO

A partir da realização deste processo de avaliação psicométrica, foi possível perceber a importância da utilização dos testes psicológicos e, também, o prejuízo que se pode ter frente a não realização de um processo de avaliação psicológica, que se embasa em um número maior de

encontros, técnicas e instrumentos, bem como abre o leque das hipóteses diagnósticas, constituindo-se como um processo investigativo mais completo.

No entanto, o papel do psicólogo avaliador é de extrema relevância em ambos os processos, por suas condutas, capacidade de compreender e analisar os dados e informações coletadas, e também pelo tempo a ser dedicado em estudos sobre a Escala Wechsler de Inteligência para Crianças - 4ª edição. Afinal, a observação dos comportamentos e também dos aspectos emocionais durante o processo de avaliação é de extrema importância, pois podem ser decisivos na identificação das características pretendidas referentes à criança que está sendo avaliada, bem como na elaboração do diagnóstico, sendo determinante também na elaboração dos documentos psicológicos, cujos resultados poderão interferir na vida destes indivíduos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. V. O psicólogo na instituição escolar: um estudo descritivo de sua prática profissional. 1992. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ALVES, Rauni Jandé Roama; LIMA, Ricardo Franco de; CIASCA, Sylvia Maria. Avaliação neuropsicológica da dislexia do desenvolvimento. In: CAMPOS, Carolina Rosa; NAKANO, Tatiana de Cássia (Orgs.). Avaliação psicológica direcionada a populações específicas: técnicas, métodos e estratégias. São Paulo: Vetor, 2014. cap. 4, p. 83-118.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5 ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CABRAL, Estela; SAWAYA, Sandra Maria. Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços públicos de saúde. *Estud. Psicol.*, v. 6, n. 2, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Cartilha Avaliação Psicologia. 1 ed. Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. RESOLUÇÃO Nº 9, DE 25 DE ABRIL DE 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no

exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017.

COSTA, Danielle I. et al. Avaliação neuropsicológica da criança. *Jornal de Pediatria*, v. 80, n. 2, 2004. Suplemento.

CUNHA, Jurema Alcides et al. *Psicodiagnóstico-V*. 5. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEL PRETTE, Zilda. A. P. A identidade do psicólogo escolar/educacional: as diferentes faces da (re)construção. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 125-138, 1993.

HAMDAN, Amer Cavalheiro; PEREIRA, Ana Paula de Almeida. Avaliação neuropsicológica das funções executivas: considerações metodológicas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 386-393, 2009.

PAULA, Alessandro Vinicius de; PEREIRA, Arlete Santana; NASCIMENTO, Elizabeth do. Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *Psico-USF*, v. 12, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2007.

PORTES, Daniella Soares et al. Para além do "erro" - um estudo inicial em crianças do ensino fundamental com necessidades educativas especiais: a relação entre as competências linguísticas pautadas na psicogênese da língua escrita e os testes TDE e WISC-IV. *Revista Iniciação Científica*, p. 107-118, 2017/2018.

SOUSA, Marilene Proença Rebello de. Formação de Psicólogos para o atendimento a problemas de aprendizagem: desafios e perspectivas. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 5, n. 9, 2000.

SANTOS, Tácito Pereira dos; CAVALCANTE, Daniele Mejia. Avaliação Psicológica dos Problemas de Aprendizagem. *Revista Ciência Amazônica*, Porto Velho, 2016.

WECHSLER, David. Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV): manual de instruções para aplicação e avaliação. 7ª reimpressão da 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A Psicologia Escolar em Natal: características e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 10, n. 2-4, p. 40-49, 1990.

YEHIA, G. Y. A natureza e o conceito de inteligência. In: ANCONA-LOPEZ, Marília (Org.). *Avaliação da Inteligência I*. São Paulo: EPU, 1987. p. 1-23.

Sobre o(s) autor(es)

Adriana Luísa Bublitz. Acadêmica do décimo período de Psicologia, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - campus aproximado de Pinhalzinho. E-mail: adrianabublitz@outlook.com

Amanda Angonese Sebben. Psicóloga. Professora e orientadora do Curso de graduação em Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Email: amanda.angonese@unoesc.edu.br.